

SUMÁRIO

1	NOÇÕES INICIAIS	1
1.	Direito.....	1
2.	Estado	2
2.1	Funções e poderes do Estado	3
3.	Governo.....	6
4.	Administração Pública	6
4.1	Tarefas da Administração Pública.....	7
5.	Direito Administrativo	8
5.1	Conceito.....	8
5.1.1	Critérios do Direito Administrativo	8
5.2	Características.....	10
5.3	Relação com outros ramos do Direito.....	11
5.4	Interpretação do Direito Administrativo	13
6.	Fontes do Direito Administrativo	14
7.	Sistemas administrativos.....	16
8.	Função administrativa	17
	Resumo	19
2	PRINCÍPIOS.....	21
1.	Conceito	21
2.	Funções dos princípios.....	22

3.	Regime jurídico administrativo	22
3.1	Supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	24
3.2	Indisponibilidade do interesse público.....	25
4.	Princípios constitucionais expressos.....	26
4.1	Legalidade.....	26
4.1.1	Bloco de legalidade	27
4.1.2	Legalidade para o particular x legalidade para o administrador	27
4.1.3	Princípio da legalidade x princípio da reserva legal.....	29
4.1.4	Exceções à legalidade.....	30
4.2	Impessoalidade	31
4.2.1	Impessoalidade do administrador em relação ao povo....	31
4.2.2	Impessoalidade do administrador em relação à sua atuação.....	33
4.2.3	Intranscendência subjetiva.....	34
4.3	Moralidade	35
4.4	Publicidade.....	35
4.4.1	Finalidades da publicidade	36
4.4.2	Disposições constitucionais	36
4.4.3	Portal da transparência	37
4.4.4	Exceções à publicidade	37
4.4.5	Atos sigilosos x improbidade administrativa	38
4.4.6	Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).....	38
4.5	Eficiência	39
4.5.1	Eficiência na Constituição Federal.....	41
5.	Princípios infraconstitucionais.....	42
5.1	Princípios expressos na Lei 9.784/1999 (processo administrativo federal).....	42
5.1.1	Finalidade.....	42
5.1.2	Motivação.....	43
5.1.3	Razoabilidade	43
5.1.4	Proporcionalidade.....	44
5.1.5	Contraditório.....	45
5.1.6	Ampla defesa.....	45
5.1.7	Segurança jurídica	47
5.1.7.1	Proteção à confiança.....	48

5.2	Outros princípios.....	50
5.2.1	Isonomia.....	50
5.2.2	Autotutela.....	52
5.2.3	Especialidade.....	53
5.2.4	Presunção de legitimidade.....	54
6.	Súmulas.....	55
6.1	Súmulas vinculantes – STF.....	55
6.2	Súmulas do STF.....	55
6.3	Súmulas do STJ.....	56
	Resumo.....	56
3	PODERES ADMINISTRATIVOS.....	59
1.	Conceito.....	59
1.1	Poderes do Estado <i>x</i> poderes da Administração.....	60
2.	Vinculação.....	61
3.	Discricionariedade.....	62
3.1	Justificadores da discricionariedade administrativa.....	63
3.2	Controle judicial dos atos discricionários.....	64
4.	Poder hierárquico.....	66
4.1	Delegação.....	68
4.2	Avocação.....	70
4.3	Resumo desenhado: delegação <i>x</i> avocação.....	71
4.4	Resumo desenhado: poder hierárquico.....	71
5.	Poder disciplinar.....	71
6.	Poder de polícia.....	75
6.1	Conceito.....	76
6.2	Polícia administrativa <i>x</i> polícia judiciária.....	78
6.3	Poder de polícia <i>x</i> poder disciplinar.....	80
6.4	Poder de polícia: sentido amplo <i>x</i> sentido estrito.....	81
6.5	Atributos do poder de polícia.....	82
6.6	Atuações do poder de polícia.....	84
6.7	Delegação do poder de polícia.....	85
6.7.1	Ciclo de polícia.....	89

6.8	Prescrição	91
7.	Poder normativo/regulamentar.....	92
7.1	Características.....	93
7.2	Regulamentos.....	93
7.2.1	Regulamento executivo.....	94
7.2.2	Regulamento autônomo	96
7.2.3	Regulamento executivo x autônomo	98
7.3	Controle.....	99
8.	Uso e abuso de poder	101
9.	Súmulas	102
9.1	Súmulas vinculantes – STF.....	102
9.2	Súmulas do STF.....	103
9.3	Súmulas do STJ.....	104
	Resumo	104
4	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	107
1.	Conceito	107
2.	Fundamento legal.....	108
3.	Tipos de prestação da atividade administrativa.....	108
4.	Desconcentração x descentralização.....	109
5.	Desconcentração	109
5.1	Espécies de desconcentração	111
5.2	Teorias do órgão público	112
5.2.1	Teoria do órgão (imputação volitiva).....	112
5.3	Classificação dos órgãos.....	114
6.	Descentralização	115
6.1	Espécies de descentralização	116
7.	Formas de controle.....	117
7.1	Controle na desconcentração (hierárquico/autotutela)	118
7.2	Controle na descentralização (finalístico/tutela/supervisão ministerial).....	118
8.	Formas de surgimento das pessoas da administração indireta	118
9.	Autarquias.....	121
9.1	Criação e extinção.....	122

9.2	Regime jurídico.....	123
9.2.1	Prerrogativas.....	124
9.2.2	Restrições/sujeições.....	128
9.3	Regime de bens.....	133
9.4	Responsabilidade civil.....	136
9.5	Espécies de autarquias.....	137
9.5.1	Autarquias administrativas.....	137
9.5.2	Autarquias profissionais.....	137
9.5.3	Autarquias territoriais.....	139
9.5.4	Autarquias fundacionais.....	139
9.5.5	Autarquias associativas.....	139
9.5.6	Autarquias em regime especial.....	140
9.5.6.1	Agência reguladora.....	140
9.5.6.2	Agências executivas.....	145
10.	Fundações.....	146
10.1	Natureza jurídica.....	147
10.2	Fundação pública de direito público.....	148
10.3	Fundação pública de direito privado.....	149
11.	Empresas estatais.....	150
11.1	Pontos de semelhança.....	151
11.1.1	Forma de criação.....	151
11.1.1.1	Criação das subsidiárias.....	152
11.1.2	Atividades.....	153
11.1.3	Regime jurídico.....	154
11.1.4	Empregados públicos.....	156
11.1.5	Responsabilidade civil das estatais.....	158
11.1.6	Regime dos bens.....	159
11.1.7	Licitação e contratos.....	160
11.1.8	Resumo dos pontos de semelhança das estatais.....	161
11.2	Pontos de distinção.....	161
11.2.1	Capital.....	162
11.2.2	Forma de organização.....	162
11.2.3	Competência.....	163

11.2.4	Resumo – Pontos de distinção	164
11.3	Lei 13.303/2016	164
11.3.1	Disposições preliminares.....	164
11.3.2	Das regras de transparência	165
11.3.3	Do conselho de administração	166
11.3.4	Do conselho fiscal.....	166
11.3.5	Licitação e contratos.....	166
12	Súmulas	167
12.1	Súmulas do STF.....	167
12.2	Súmulas do STJ.....	167
	Resumo	168
5	TERCEIRO SETOR	169
1.	Disposições gerais	169
2.	Terceiro setor.....	171
3.	Serviço social autônomo.....	171
3.1	Características.....	172
3.2	Resumo do tema.....	177
4.	Entidades de apoio.....	178
5.	Organização social (OS)	179
5.1	Características.....	180
5.2	Resumo desenhado.....	186
6.	Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP)	186
6.1	Características.....	186
6.2	Resumo desenhado.....	191
7.	OS x OSCIP	191
8.	Organização da sociedade civil (OSC)	192
8.1	Pessoas impedidas de celebrar parcerias.....	193
8.2	Dos requisitos para a celebração das parcerias.....	193
8.3	Chamamento público.....	194
8.4	Inexigibilidade e dispensa do chamamento público.....	195
8.5	Celebração das parcerias.....	196
8.6	Formalização das parcerias.....	197

8.7	Liberação de recursos	198
8.8	Das sanções administrativas	199
9.	Súmulas	200
9.1	Súmulas do STF	200
9.2	Súmulas do STJ	200
	Resumo	200
6	SERVIÇOS PÚBLICOS	203
1.	Conceito	203
2.	Princípios	205
2.1	Generalidade	205
2.2	Modicidade tarifária	206
2.3	Eficiência	207
2.4	Segurança	207
2.5	Atualidade	207
2.6	Cortesia	207
2.7	Regularidade	207
2.8	Continuidade	208
2.8.1	Continuidade <i>x</i> direito de greve	211
2.8.2	Continuidade <i>x exceptio non adimpleti contractus</i>	214
2.8.3	Continuidade <i>x</i> ocupação provisória e reversão	215
3.	Classificação	215
4.	Formas de prestação do serviço público	218
5.	Concessão de serviços públicos	220
5.1	Características da concessão	221
5.2	Obrigações da concessionária	227
5.3	Poder concedente	227
5.4	Usuários do serviço público	229
5.5	Intervenção	230
5.6	Extinção da concessão	231
6.	Parceria público-privada – PPP	235
6.1	Espécies de PPP	236
6.1.1	Concessão comum <i>x</i> patrocinada <i>x</i> administrativa	237

6.2	Características dos contratos de parceria público-privada.....	237
6.2.1	Vedações aos contratos de parceria público-privada	238
6.2.2	Principais características dos contratos de parceria público-privada	239
7.	Permissão de serviço público.....	240
7.1	Permissão <i>x</i> concessão.....	241
8.	Autorização de serviço público	242
9.	Súmulas	243
9.1	Súmulas vinculantes – STF.....	243
9.2	Súmulas do STF.....	243
9.3	Súmulas do STJ.....	243
	Resumo	244
7	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	247
1.	Fato <i>x</i> ato.....	247
2.	Ato da administração <i>x</i> ato administrativo	248
3.	Conceito de ato administrativo	250
3.1	Vinculação e discricionariedade	251
3.2	Silêncio administrativo	252
4.	Requisitos/elementos do ato administrativo	253
4.1	Competência	254
4.1.1	Características da competência	255
4.1.1.1	Delegação <i>x</i> avocação	256
4.1.2	Vício de competência	257
4.2	Finalidade	259
4.2.1	Vício de finalidade	259
4.3	Forma.....	261
4.3.1	Motivação.....	261
4.3.2	Vício de forma	263
4.4	Motivo.....	264
4.4.1	Teoria dos motivos determinantes.....	265
4.4.1.1	Teoria dos motivos determinantes <i>x</i> motivação	266
4.4.2	Motivo <i>x</i> motivação	267
4.4.3	Vício de motivo	268
4.5	Objeto	268

4.6	Mérito do ato administrativo	268
4.6.1	Controle judicial dos atos administrativos.....	269
5.	Atributos/características do ato administrativo	270
5.1	Presunção de legitimidade	270
5.2	Autoexecutoriedade	272
5.3	Tipicidade	274
5.4	Imperatividade	275
5.5	Resumo	276
6.	Classificação dos atos administrativos	276
6.1	Quanto à liberdade.....	276
6.2	Quanto aos destinatários.....	277
6.3	Quanto ao alcance.....	277
6.4	Quanto ao objeto.....	278
6.5	Quanto à estrutura	278
6.6	Quanto aos efeitos.....	279
6.7	Quanto aos resultados	279
6.8	Quanto à formação	279
7.	Espécies de atos administrativos	282
7.1	Atos normativos.....	282
7.2	Atos enunciativos.....	283
7.3	Atos punitivos	284
7.4	Atos ordinatórios	284
7.5	Atos negociais.....	285
8.	Formação e efeitos dos atos administrativos.....	286
8.1	Perfeição	286
8.2	Validade	287
8.3	Eficácia.....	287
8.4	Possibilidade de combinações	288
9.	Extinção dos atos administrativos	289
9.1	Revogação.....	289
9.2	Anulação.....	294
9.3	Revogação x anulação.....	299
9.4	Cassação	299

9.5	Caducidade.....	300
9.6	Contraposição.....	301
9.7	Outras formas de extinção	301
10.	Convalidação.....	302
11.	Súmulas	306
11.1	Súmulas vinculantes – STF.....	306
11.2	Súmulas do STF.....	306
11.3	Súmulas do STJ.....	307
	Resumo	307
8	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	309
1.	Introdução.....	309
2.	Conceito	309
3.	Classificação	311
4.	Controle administrativo	317
4.1	Meios de controle.....	318
4.2	Direito de petição.....	319
4.3	Recurso administrativo.....	320
4.3.1	Recurso hierárquico: próprio x impróprio.....	321
4.4	Órgão de controle interno	322
5.	Controle legislativo	323
5.1	Controle parlamentar.....	324
5.2	Controle pelo Tribunal de Contas	325
5.2.1	Competências do Tribunal de Contas da União	326
6.	Controle judicial.....	328
6.1	Características.....	329
6.2	Ações judiciais de controle.....	329
6.2.1	Mandado de segurança	329
6.2.2	Ação popular.....	333
6.2.3	<i>Habeas data</i>	334
6.2.4	Mandado de injunção.....	335
6.2.5	Ação civil pública.....	340
6.3	Atos <i>interna corporis</i>	342

7.	Súmulas	343
7.1	Súmulas vinculantes – STF.....	343
7.2	Súmulas do STF.....	343
7.3	Súmulas do STJ.....	345
	Resumo	346
9	BENS PÚBLICOS.....	347
1.	Conceito	347
1.1	Bens públicos.....	348
2.	Titularidade dos bens públicos.....	349
3.	Espécies de bens públicos.....	350
4.	Características dos bens públicos.....	352
4.1	Afetação x desafetação.....	356
4.2	Alienação de bens públicos	357
4.3	Resumo: espécies e características dos bens públicos.....	360
5.	Uso dos bens públicos pelos particulares	360
5.1	Formas de consentimento estatal para uso especial de bens públicos.....	360
6.	Formas de aquisição de bens.....	364
7.	Súmulas	365
7.1	Súmulas do STF.....	365
7.2	Súmulas do STJ.....	365
	Resumo	365
10	INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	367
1.	Direito de propriedade.....	367
2.	Intervenção na propriedade	368
3.	Fundamentos e regras constitucionais	368
4.	Formas de intervenção.....	369
5.	Intervenções restritivas da propriedade.....	370
5.1	Limitação administrativa.....	370
5.2	Servidão administrativa.....	372
5.3	Requisição administrativa	373
5.4	Tombamento	374
5.5	Ocupação temporária.....	380

6.	Desapropriação.....	382
6.1	Aquisição originária da propriedade	382
6.2	Bens x desapropriação.....	383
6.3	Pressupostos.....	384
6.4	Modalidades de desapropriação.....	386
6.4.1	Desapropriação comum.....	386
6.4.2	Desapropriação sancionatória (função social da propriedade)	387
6.4.2.1	Propriedade urbana	387
6.4.2.2	Propriedade rural.....	390
6.4.3	Desapropriação sancionatória (confisco).....	391
6.4.4	Desapropriação indireta	393
6.4.5	Desapropriação privada.....	396
6.4.6	Desapropriação por zona.....	396
6.5	Procedimento administrativo da desapropriação	396
6.5.1	Competência.....	396
6.5.2	Fases.....	398
6.5.2.1	Fase declaratória	399
6.5.2.2	Fase executiva.....	401
6.6	Procedimento judicial da desapropriação.....	401
6.7	Indenização	404
6.8	Direito de extensão	408
6.9	Tredestinação	408
6.10	Retrocessão	409
7.	Súmulas	411
7.1	Súmulas vinculantes – STF.....	411
7.2	Súmulas do STF.....	412
7.3	Súmulas do STJ.....	412
	Resumo	413
11	AGENTES PÚBLICOS.....	415
1.	Conceito	415
2.	Classificação dos agentes públicos.....	416
2.1	Agentes políticos.....	416

2.2	Agentes administrativos.....	419
2.2.1	Servidores temporários.....	419
2.2.2	Servidores celetistas	421
2.2.3	Servidores estatutários.....	423
2.3	Particulares em colaboração com o Estado	425
3.	Cargo x emprego público x função.....	425
3.1	Acumulação de cargos, empregos e funções	427
4.	Concurso público	428
4.1	Exceções ao concurso público	429
4.2	Prazo de validade	431
4.3	Direito subjetivo à nomeação	432
4.4	Cláusula de barreira.....	434
4.5	Controle judicial	435
4.6	Nulidade	435
5.	Estabilidade.....	436
5.1	Prazo para aquisição.....	437
5.2	Perda do cargo.....	438
5.3	Estabilidade x vitaliciedade.....	439
6.	Direito de greve.....	440
7.	Estatuto do servidor público federal (Lei 8.112/1990).....	443
7.1	Cargo público.....	444
7.1.1	Requisitos para a investidura em um cargo público.....	444
8.	Do provimento.....	447
8.1	Nomeação.....	448
8.1.1	Da posse.....	448
8.1.2	Do exercício.....	449
8.1.3	Resumo: nomeação x posse x exercício.....	450
8.1.4	Estágio probatório	450
8.2	Readaptação	452
8.3	Reversão.....	452
8.4	Reintegração.....	454
8.5	Recondução.....	456
8.6	Aproveitamento	457
8.7	Promoção	457

9. Da vacância	458
10. Da remoção	460
11. Redistribuição.....	462
12. Dos direitos e vantagens.....	462
12.1 Do vencimento e da remuneração.....	462
12.2 Das vantagens.....	468
12.2.1 Das indenizações	468
12.2.2 Das gratificações e adicionais	472
12.3 Das licenças	476
12.4 Das concessões.....	478
13. Regime disciplinar.....	480
13.1 Dos deveres do servidor	480
13.2 Das responsabilidades.....	481
13.3 Das penalidades	483
13.3.1 Advertência	484
13.3.2 Suspensão.....	486
13.3.3 Demissão.....	488
13.3.4 Do registro das penalidades.....	490
14. Processo administrativo disciplinar	492
14.1 Sindicância	494
14.2 Do processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	495
14.2.1 Instauração.....	496
14.2.2 Inquérito administrativo	496
14.2.3 Julgamento	499
14.3 Processo Administrativo Disciplinar sumário.....	499
14.4 Revisão do processo.....	501
15. Súmulas	501
15.1 Súmulas vinculantes – STF.....	501
15.2 Súmulas do STF.....	502
15.3 Súmulas do STJ.....	504
Resumo	505
12 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	507
1. Fundamentos.....	507

2.	Evolução histórica	508
3.	Responsabilidade estatal na Constituição de 1988.....	511
3.1	A quem se aplica o art. 37, § 6.º, da CF/1988	512
3.2	Responsabilidade objetiva	517
3.2.1	Ato (conduta).....	517
3.2.1.1	Ato (conduta) – lícito x ilícito.....	518
3.2.2	Dano.....	520
3.2.3	Nexo causal.....	520
3.3	Ação regressiva.....	521
3.3.1	Denúnciação da lide	524
4.	Responsabilidade por omissão estatal.....	525
4.1	Relação de custódia.....	527
4.1.1	Preso x omissão estatal	528
5.	Excludentes de responsabilidade do estado	532
5.1	Teorias: risco administrativo x risco integral	533
6.	Prescrição.....	535
6.1	Tortura no regime militar.....	538
7.	Responsabilidade por atos legislativos e judiciais.....	538
7.1	Responsabilidade por atos legislativos	538
7.2	Responsabilidade por atos judiciais	539
8.	Súmulas	539
8.1	Súmulas vinculantes – STF.....	539
8.2	Súmulas do STF.....	540
8.3	Súmulas do STJ.....	540
	Resumo	540
13	LICITAÇÃO	543
1.	Conceito	543
2.	Competência para legislar	544
3.	Quem deve licitar.....	545
4.	Finalidades da licitação.....	546
4.1	Tipos de licitação.....	547
5.	Princípios da licitação	548
5.1	Regras de desempate.....	551

6.	Modalidades de licitação.....	552
6.1	Concorrência	553
6.2	Tomada de preço	555
6.3	Convite.....	557
6.4	Observações: concorrência x tomada de preço x convite.....	559
6.4.1	Valores: concorrência x tomada de preço x convite	559
6.4.2	Licitação internacional.....	561
6.5	Concurso	562
6.6	Leilão.....	563
6.7	Pregão	565
7.	Intervalo mínimo	567
8.	Comissão de licitação.....	568
9.	Procedimento	570
9.1	Concorrência	570
9.1.1	Fase interna	570
9.1.2	Fase externa.....	573
9.1.2.1	Edital (instrumento convocatório).....	573
9.1.2.2	Habilitação	575
9.1.2.3	Julgamento	577
9.1.2.4	Homologação.....	579
9.1.2.5	Adjudicação.....	580
9.1.3	Resumo do procedimento da concorrência.....	582
9.2	Demais procedimentos	582
9.2.1	Tomada de preço.....	582
9.2.2	Convite	583
9.2.3	Concurso e leilão.....	583
9.2.4	Pregão	584
10.	Contratação direta.....	588
10.1	Inexigibilidade de licitação	588
10.2	Dispensa de licitação	590
10.2.1	Licitação dispensada	590
10.2.2	Licitação dispensável.....	591
10.3	Inexigibilidade x dispensa	598

11. Súmulas	599
11.1 Súmulas do STF.....	599
11.2 Súmulas do STJ.....	599
Resumo	599
14 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	601
1. Conceito	601
1.1 Contratos da administração x contratos administrativos	602
2. Competência legislativa.....	602
3. Características	603
3.1 Formalismo.....	605
3.2 Contrato administrativo x contrato privado.....	608
4. Garantia.....	609
5. Cláusulas exorbitantes	611
5.1 Alteração unilateral dos contratos.....	611
5.1.1 Alteração por acordo das partes	613
5.2 Rescisão unilateral dos contratos	613
5.2.1 Exceção de contrato não cumprido.....	615
5.3 Fiscalização da execução dos contratos	617
5.4 Aplicação de punições	617
5.5 Ocupação provisória	619
6. Duração do contrato.....	619
7. Equilíbrio econômico-financeiro.....	621
7.1 Teoria da imprevisão.....	621
8. Responsabilidades.....	623
9. Recebimento do objeto	625
10. Formas de extinção do contrato.....	626
10.1 Motivos para a rescisão do contrato	628
11. Disposições penais.....	629
12. Contratos em espécie.....	629
12.1 Contratos da Lei 8.666/1993	629
12.2 Contrato de concessão (Lei 8.987/1995 + Lei 11.079/2004).....	631
12.3 Contrato de permissão (Lei 8.987/1995)	632
12.4 Contrato de gestão	632

12.5 Contrato das empresas estatais (lei 13.303/2016)	634
13. Convênios	636
14. Consórcios públicos	637
15. Súmulas	642
15.1 Súmulas do STF	642
15.2 Súmulas do TST	642
Resumo	643
15 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	645
1. Noções iniciais	645
2. Sujeitos	646
2.1 Sujeito passivo	646
2.2 Sujeito ativo	648
2.2.1 Improbidade administrativa x agentes políticos	651
2.2.2 Sucessor do agente ímprobo	652
3. Espécies de atos de improbidade	653
3.1 Enriquecimento ilícito	654
3.2 Prejuízo ao erário	656
3.3 Atentam contra os princípios da Administração Pública	659
3.4 Nova espécie: concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário	663
4. Das sanções	663
4.1 Natureza jurídica	663
4.2 Tipos de punições	664
4.3 Punições: enriquecimento ilícito	666
4.4 Punições: prejuízo ao erário	666
4.5 Punições: atentado contra os princípios da Administração Pública	667
4.6 Punições: concessão ou aplicação indevida de benefício tributário ou financeiro	667
4.7 Punições: resumo	668
5. Da declaração de bens	668
6. Do procedimento administrativo	669
7. Medidas cautelares	670
8. Ação judicial de improbidade	673

8.1	Competência	674
8.2	Fase inicial da ação: <i>in dubio pro societate</i>	675
8.3	Não aplicação do princípio da insignificância.....	676
9.	Prescrição.....	676
	Resumo	681
16	PROCESSO ADMINISTRATIVO	683
1.	Conceito	683
2.	Finalidades.....	685
3.	Princípios	685
3.1	Legalidade.....	686
3.2	Finalidade.....	686
3.3	Motivação.....	687
3.4	Proporcionalidade e razoabilidade	687
3.5	Eficiência	688
3.6	Moralidade	688
3.7	Contraditório e ampla defesa.....	688
3.8	Segurança jurídica	689
3.9	Publicidade.....	689
3.10	Gratuidade	690
3.11	Informalismo	690
3.12	Oficialidade.....	690
4.	Direitos e deveres dos administrados	691
5.	Início do processo administrativo.....	692
5.1	Legitimados.....	693
6.	Competência.....	694
6.1	Delegação x avocação	694
6.2	Impedimento x suspeição	697
7.	Atos do processo	698
7.1	Comunicação dos atos.....	699
8.	Fases processuais	700
8.1	Instauração	700
8.2	Instrução.....	701
8.3	Decisão.....	704

9. Motivação.....	705
9.1 Motivação aliunde	706
10. Formas de extinção do processo.....	707
11. Anulação x revogação x convalidação	708
12. Recursos	708
12.1 Não recebimento dos recursos.....	711
12.2 <i>Reformatio in pejus</i>	711
12.3 Revisão.....	711
13. Dos prazos	712
13.1 Prazos expressos na Lei 9.784/1999.....	712
14. Súmulas	713
14.1 Súmulas vinculantes – STF.....	713
14.2 Súmulas do STF.....	714
14.3 Súmulas do STJ.....	714
Resumo	715
BIBLIOGRAFIA	717